

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 2010/2011, DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, SOB O TEMA «CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES», NO AUDITÓRIO DA REITORIA, EM AVEIRO, NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2010.**

**Cooperação Universidade – Empresa**

*Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Doutor José Mariano Gago,  
Magnífico Reitor da Universidade de Aveiro, Professor Doutor Manuel Assunção,  
Senhor Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Professor Doutor António Rendas,  
Senhor Presidente da Associação Académica, Sr. Tiago Alves  
Ilustres Docentes e Discentes da Universidade de Aveiro  
Senhoras e Senhores Convidados,*

Cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa., Senhor Professor Manuel Assunção e meu Querido Amigo, o honroso convite para participar nesta cerimónia que celebra o início de um novo ano lectivo nesta tão prestigiada Instituição.

É-me particularmente grato abordar o tema que me foi proposto – a relação Universidade - Empresa – numa Universidade que assume como sua missão não só a formação e a investigação como a cooperação com a sociedade e se orgulha de ser um parceiro privilegiado de empresas.

Da missão institucional da Universidade de Aveiro consta ainda “ser actor na construção de um modelo de desenvolvimento regional assente na inovação e no conhecimento científico e tecnológico”.

De facto, o conhecimento e a inovação são cada vez mais os motores das economias dinâmicas e competitivas. O reconhecimento cada vez mais generalizado desta evidência reforça a importância da ligação entre o “saber” e o “fazer”, tornando clara a necessidade de reforçar a concertação de dois mundos com finalidades, mentalidades e linguagens distintas: a Universidade e a Empresa.

**Universidades**, enquanto espaços de produção e transmissão de conhecimentos (e também de aquisição das competências necessárias à aplicação desses conhecimentos), e **Empresas**, enquanto espaços de conversão do conhecimento em valor económico e social, **estão por isso condenadas a dialogar e a cooperar**, sob pena das primeiras perderem grande parte da sua relevância social e das segundas, pura e simplesmente, não sobreviverem, ultrapassadas por outras que melhor souberem inovar, interpretando e respondendo às exigências dos mercados.

Esta constatação está a criar, desde logo, uma condição fundamental para que a cooperação aconteça, ao evidenciar um alargado espaço de partilha de objectivos entre o mundo académico e o mundo empresarial.

Analisando o caso concreto português, um domínio em que essa partilha de objectivos deveria conduzir a um maior diálogo e cooperação entre Universidade e Empresa é o da adequação entre a oferta e procura de competências. De facto, regista-se um volume crescente de diplomados pelo ensino superior desempregados ou com empregos precários, e aquém das suas expectativas, ao mesmo tempo que as empresas se queixam da escassez de oferta de colaboradores qualificados para levar a cabo as funções necessárias para responder às novas exigências dos produtos, dos mercados e dos consumidores.

Há quem defenda, neste campo, que a simples adequação do saber académico à procura explícita das empresas, se levada ao limite, poderia conduzir ao aniquilamento de áreas de conhecimento científico relevantes e a um processo de desqualificação da universidade e que, por isso, importa antes persistir em fomentar a procura de conhecimentos e de trabalhadores mais qualificados pelas empresas.

Mas, não tenho dúvidas que as universidades deverão antes procurar aproximar-se das principais necessidades da economia, cuidando mais da empregabilidade dos estudantes que formam e da utilidade e relevância social dos seus cursos e respectivos *currícula*.

Para alcançar este objectivo da adequação entre a oferta e a procura de competências, várias vias podem e devem ser trilhadas. Uma delas – a via institucional - consiste numa maior permeabilidade entre os mundos académico e empresarial, através da participação das Universidades e dos seus professores em órgãos de Associações Empresariais e da participação da comunidade empresarial no governo das universidades, em órgãos executivos e/ou consultivos, como felizmente começa a acontecer, como nesta Universidade, cujo Conselho Geral é presidido pelo Senhor Alexandre Soares dos Santos, um dos mais prestigiados empresários portugueses.

Outras formas, mais aprofundadas, de cooperação têm mostrado os seus frutos. Citarei, a este propósito, dois exemplos retirados de experiência da AEP - Associação Empresarial de Portugal:

O primeiro é o da parceria que estabelecemos com a Universidade de Aveiro, no domínio da formação pós-secundária, com cursos de especialização tecnológica, juntando a vertente de ensino e educação e a vertente prática de formação, de forma a darem uma resposta cabal às empresas.

Os cursos são dinamizados com recursos educativos desta universidade e as empresas são mobilizadas pela AEP.

O segundo exemplo é o da EGE, Atlantic Business School, fundada em 2002 pela Universidade Católica Portuguesa, a Universidade de Aveiro e a AEP e contando, desde o início, com uma sólida parceria com a ESADE, reconhecida *business school* de Barcelona.

Esta escola vem promovendo uma estreita e permanente ligação com a comunidade empresarial, desenvolvendo programas inovadores e de elevada qualidade, em resposta às necessidades de melhoria da cadeia de valor e posicionamento das empresas, ao nível pós-graduado e de executivos. E, mais recentemente, com o seu MBA Atlântico, promovendo o intercâmbio de formações e culturas no espaço Atlântico, entre o Brasil, Portugal e Angola, destino natural das empresas portuguesas e da sua expansão e desenvolvimento.

Outra necessidade (nem sempre bem explícita) a que as Universidades deveriam responder é a da formação e reciclagem dirigidas a empresários, nomeadamente os empresários de PME. Formação que exige uma formatação muito específica, adequada aos destinatários a quem se dirige, longe portanto do tradicional modelo puramente curricular. As empresas têm certamente necessidade de gestores profissionais, para quem existe já formação específica; não é a este tipo de formação a que me refiro, mas à que contribuirá para que os empresários cumpram de forma mais adequada a sua missão, quer na formulação das suas estratégias, quer facilitando o seu diálogo com os profissionais no seio das suas empresas.

Sei que a Universidade de Aveiro vai já na quinta edição do curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica, dirigido sobretudo à promoção da criação de empresas. Atrever-me-ia a sugerir que concebesse um novo formato de curso de empreendedorismo dirigido às necessidades de quem já é empresário.

Mas a função das Universidades não é só a de transmitir conhecimentos ou desenvolver competências. É também a de criar novo conhecimento. Nesta sua função, a Universidade pode (e deve) abrir-se ao mundo empresarial e dirigir os seus esforços de produção de novo conhecimento no sentido da sua valorização social e económica, respondendo às novas necessidades de bem-estar e de desenvolvimento das populações.

O distanciamento entre Universidade e empresas neste domínio (e o enorme desperdício de recursos que acarreta) não é exclusivo de Portugal.

Um estudo recente<sup>1</sup> mostra que, apesar de Cambridge e a sua região envolvente possuírem a infra-estrutura de investigação académica mais forte e a comunidade de empresas de base tecnológica e científica mais florescente do Reino Unido, o desenvolvimento tecnológico destas empresas depende quase exclusivamente dos seus próprios recursos e do seu investimento em I&D, e muito pouco do estabelecimento de parcerias com a Universidade.

---

<sup>1</sup> *Exploding the Myths of UK Innovation Policy: How 'Soft Companies' and R&D Contracts for Customers Drive the Growth of the Hi-Tech Economy*, estudo realizado por David Connell e Jocelyn Probert, do Centre for Business Research da Universidade de Cambridge, Janeiro de 2010, disponível em [www.ukirc.ac.uk/object/report/3341/doc/full\\_report.pdf](http://www.ukirc.ac.uk/object/report/3341/doc/full_report.pdf).

Tal significa que a Universidade de Cambridge (considerada em 2010 a melhor do mundo), apesar do seu papel de grande relevo na formação de recursos humanos altamente qualificados, com um forte impacto na economia regional, está ainda aquém do que seria de esperar na sua abertura à cooperação com as empresas, de modo a valorizar produtivamente o conhecimento que produz no seu seio, adequando-o às necessidades da economia.

Neste campo, estamos a assistir em Portugal a uma evolução positiva. Começam já a ser conhecidos casos de *start ups* protagonizados por gente empreendedora e por ideias saídas da própria Universidade.

Também aqui me é grato constatar o bom exemplo que a Universidade de Aveiro constitui, e os resultados que já obteve através, por exemplo, da incubadora de Empresas que criou<sup>2</sup> e da sua Unidade de Transferência de Tecnologia, a UAtec<sup>3</sup>.

Exemplos de sucesso na cooperação entre universidades e empresas já não são tão raros como há uma ou duas décadas atrás e regista-se, também, como muito positivo o empenhamento de diversas instituições do ensino superior na constituição de *clusters*.

Há, ainda, um longo caminho a percorrer para a aproximação de dois mundos que mantêm culturas e linguagens ainda profundamente distintas – o mundo académico e o mundo empresarial.

Deixaria aqui, a este propósito, três propostas, já lançadas pela AEP, no sentido dessa aproximação:

Uma delas é tornar o montante das receitas provenientes de contratos estabelecidos com empresas como um critério relevante para o cálculo do financiamento público à actividade das instituições de I&DT.

A segunda proposta parte da constatação de que a progressão nas carreiras académicas ainda é feita, fundamentalmente, em função da produção de conhecimento, independentemente da sua relevância social e económica. Por isso, a valorização das experiências de cooperação com as empresas (ou de formação de *start-ups*) como critério de progressão nas carreiras académicas seria um poderoso incentivo para facilitar a aproximação entre os mundos académico e empresarial.

---

<sup>2</sup> Catorze empresas nasceram já no seio da Incubadora de Empresas, uma unidade criada pela UA para apoiar os seus alunos, ex-alunos, docentes e investigadores a desenvolverem novos negócios, baseados em tecnologias inovadoras.

<sup>3</sup> A UA dispõe de uma Unidade de Transferência de Tecnologia, a UAtec, que promove a oferta tecnológica da UA nas empresas, fomenta a investigação dirigida para o mercado, valoriza a propriedade intelectual resultante das actividades de I&D, apoia a criação de empresas de base tecnológica, gere e negocia os contratos de transferência de tecnologia e elabora novos projectos de I&D em consórcio.

Ambas as medidas contribuiriam decerto para conciliar os objectivos específicos das Universidades e dos profissionais que as integram, visando a valorização económica do conhecimento por eles gerado.

Finalmente, a promoção de programas de estágios de jovens investigadores em empresas seria um instrumento eficaz para criar condições de base a uma maior interligação e compreensão mútua entre a Universidade e as empresas, bem como para proporcionar a esses jovens investigadores uma experiência que seria certamente útil para o seu futuro profissional, como quadros de empresas ou como empresários.

As associações empresariais, designadamente a AEP, poderiam desempenhar um papel fundamental na articulação entre a oferta e a procura destes estágios para jovens investigadores, otimizando a sua integração na economia real.

Aproveito ainda esta ocasião para desejar a todos quantos trabalham nesta Universidade, docentes e discentes, um excelente ano académico. Desejo e espero que continuem a fazer desta casa uma referência de excelência no panorama universitário português.